

## TESE PARA O VII CONGRESSO DO SINDIPROL/ADUEL

### QUE SINDICATO PARA QUAL UNIVERSIDADE?

Com origens que remontam ao início da Revolução Industrial, os sindicatos organizam os trabalhadores e suas lutas, visando dar-lhes meios e direção mais consistentes para o alcance dos seus objetivos. Por isso, embora as lutas sejam eventualmente frustradas, os sindicatos têm sido fundamentais para as conquistas salariais e os direitos dos trabalhadores. Sem eles, não existiriam muitos dos direitos que consideramos básicos para amenizar as agruras do trabalho assalariado – salário-mínimo, férias, descanso semanal remunerado, adicional de hora extra, periculosidade, insalubridade, aposentadoria, dentre tantos outros direitos.

Sempre difícil, a definição do escopo, a organização e o encaminhamento das lutas dependem de múltiplos aspectos, especialmente da relação entre a conjuntura política e o quanto (e como) ela afeta a disposição de luta dos trabalhadores.

Num contexto de crise multifacetada do capital – econômica, social, política, moral, ambiental –, de atordoante domínio das políticas de favorecimento ao capital em detrimento do trabalho e de erosão das expectativas de luta por transformações sociais que ultrapassem a sociabilidade por ele nucleada e organizada para o atendimento de suas demandas de reprodução, há um acirramento das contradições entre a necessidade de mudanças profundas e o estreitamento do horizonte das lutas dos trabalhadores. Motivos abundam para lutar, mas faltam as motivações necessárias para que os trabalhadores e as massas populares em geral superem o estado de passividade e/ou de lutas circunscritas a demandas pontuais. Privada das perspectivas e da adequada orientação à esquerda, abre-se o fosso do qual irrompem e ganham influência as reacionárias propostas político-ideológicas da extrema-direita, aproximando-nos cada vez mais da barbárie. Portanto, encontrar os caminhos organizativos e político-ideológicos à esquerda para romper com essa letargia das massas e, assim, enfrentar a reação anticivilizatória do capital – cuja extrema-direita é a face político-ideológica mais perigosa e degradante – é um dos grandes desafios do nosso tempo.

Em todo o mundo, as políticas neoliberais ampliaram muito a dificuldade para a organização e a luta sindical. Inclusive, estudos recentes demonstram que o índice de filiação aos sindicatos declinou em praticamente todos os lugares. No Brasil não é diferente: a reestruturação produtiva, a lei da terceirização, as contrarreformas trabalhista e previdenciária e outras medidas, que são reações do capital visando recompor as suas taxas de mais-valia e lucro por meio da intensificação da exploração e do esvaziamento das conquistas históricas da classe trabalhadora, não encontraram resistência capaz de barrá-las e, muito menos, de revertê-las.

Outrossim, os motivos das dificuldades de organização e luta sindical dos funcionários públicos são relativamente conhecidos: impacto objetivo e subjetivo do desmonte de políticas e instituições estatais, décadas de campanha sistemática de desvalorização dos serviços públicos, dificuldade de renovação da categoria e dos quadros sindicais pela ausência e/ou escassez de concursos, generalização dos contratos precários e temporários, terceirização, dentre outros.

No ensino superior público, onde a mercantilização, o produtivismo e o individualismo promovem a erosão dos vínculos de solidariedade de classe, este conjunto de dificuldades tem se tornado ainda mais desafiador, especialmente com a crescente deslegitimação das universidades ante a população em geral e, em particular, os jovens, como demonstram os números declinantes dos inscritos nos vestibulares. De um lado, as mudanças no mercado de trabalho diminuem muito as perspectivas de uma trajetória profissional num emprego relativamente estável e bem remunerado e fomentam uma alteração do perfil dos estudantes tão concernente à pauperização neoliberal da subjetividade, fortalecendo as expectativas laborais orientadas pelo imediatismo e pelo enganoso discurso do empreendedorismo. De outro lado, a ascensão da extrema-direita fomenta a desqualificação da ciência e das artes, a valorização acrítica do conhecimento advindo da experiência imediata – sem as complexas mediações da apropriação do saber verdadeiro –, induz ao crescimento da visão reencantada do mundo e, com as mídias sociais e sua plethora de (des)informações, à vivência de parcelas da população numa espécie de realidade paralela. Como corolário, é comum em suas hostes a pura e simples apologia da ignorância.

Nas universidades estaduais paranaenses, tem-se uma situação na qual as administrações são apáticas para o enfrentamento aos desmandos do governo do estado ou, então, agem abertamente em defesa das políticas deste. Por conseguinte, às lutas trabalhistas, das quais destacam-se atualmente a exigência de reposição integral da dívida salarial e a isonomia dos direitos e condições de trabalho entre docentes estatutários e docentes com contrato de trabalho temporário (dentre outros problemas, sobressaem o inadmissível crescimento dessa modalidade de contrato, a supressão do TIDE, o aumento de carga horária de trabalho, a negação do direito ao auxílio-alimentação etc.), soma-se a luta contra os frequentes ataques à autonomia universitária, os quais foram consubstanciados principalmente na Lei Geral das Universidades (LGU) e nos cortes orçamentários e/ou na substituição de recursos orçamentários oriundos do tesouro por recursos próprios, encomendas governamentais, emendas parlamentares e editais do Fundo Paraná.

Na denúncia e contramão desta direção, o Sindiprol/Aduel vem lançando esforços para construir a luta sindical na perspectiva do fortalecimento da unidade política que envolve todo o funcionalismo público do estado, buscando traçar objetivos e ações que estreitem a luta pelas reivindicações unificadoras do funcionalismo, como a data-base. Este árduo, difícil e nem sempre bem-sucedido trabalho é desenvolvido no âmbito do Fórum das Entidades Sindicais (FES).

Igualmente, na organização que envolve as sete seções sindicais do Andes-SN no Paraná, o Comando Sindical Docente (CSD), o Sindiprol/Aduel atua na defesa intransigente dos direitos trabalhistas dos/das docentes da UEL e, conseqüentemente, dos/as docentes das demais universidades estaduais do Paraná e das próprias universidades públicas como um todo. Desde o seu início, o CSD tem levado a um adensamento do planejamento coletivo para reivindicar as pautas específicas da categoria docente, pois compreende que a articulação político-sindical é condição elementar para que haja organização da categoria e ampliação das possibilidades de enfrentamento aos ataques endereçados à ciência, à universidade e às condições de trabalho das trabalhadoras e trabalhadores que atuam nesse espaço.

Nesse contexto, não é possível pensar a atuação do sindicato – ou a reconfiguração dessa atuação – sem uma discussão mais abrangente da universidade e, claro, da sociedade com um todo. Isso porque, além da função crucial de lutar por salários, condições de trabalho e direitos trabalhistas, cresce a importância dos sindicatos também no fomento de debates de interesse político e social mais amplo e, portanto, no engajamento da categoria em lutas que ultrapassam os limites das demandas corporativas dos docentes, tais como a defesa da universidade pública e sua autonomia e a luta pela manutenção das franquias democráticas. Para tanto, é preciso ampliar a discussão sobre qual é a universidade que será defendida e reafirmada pelo sindicato, envolvendo organicamente as direções sindicais, a categoria, bem como toda a comunidade universitária. Sem o debate sério, crítico e propositivo da universidade que queremos, teremos imensas dificuldades em direcionar os rumos do sindicalismo docente.

Em certo sentido, esses desafios não são novos, mas são repostos de acordo com a conjuntura e com as mudanças processadas na realidade dinâmica e contraditória. Quanto à organização da base da categoria, um dos elementos colocados no presente é a dificuldade de fomentar a participação presencial dos/das docentes das universidades não só nas atividades sindicais (assembleias e reuniões), como também na vida cotidiana dos departamentos, centros de estudos, algo que se percebe pelo excesso de reuniões remotas. Como desdobramento da pandemia, houve um incremento da virtualização da vida acadêmica e o esvaziamento significativo de docentes pelos campi, fazendo do espaço doméstico o seu ambiente de trabalho prioritário. No combate a uma possível margem para a virtualização da vida sindical, precisamos recuperar a lógica das lutas presenciais e diretas alicerçadas na análise teórica rigorosa que responda às exigências do tempo presente e enfrente toda forma de derrotismo político e de atrofia das lutas classistas. O momento, então, é de alimentar e reforçar os ânimos político-sindicais, de reorganizar e debater com a base os rumos que ensejamos para a universidade e para a luta sindical.

O pressuposto, porém, para que o sindicato possa desempenhar um papel relevante nesses debates e nessas lutas trabalhistas e políticas é que ele exista formal e substancialmente. Isso significa que o sindicato precisa existir como entidade – isto é, como uma organização que tem um lugar (uma sede) e demandas administrativas e jurídicas – e como instância formadora e organizadora da categoria. Portanto, no primeiro caso, precisamos aumentar o percentual de docentes da base filiado/as à seção sindical e, no segundo, torná-los agentes da direção sindical em seus respectivos locais de trabalho – ou seja, representantes de base nos centros de estudos e departamentos. Essa organização da base é fundamental para que a direção sindical seja capaz de enfrentar tanto as pressões burocratizantes quanto, especialmente, elevar-se à altura das demandas relevantes para a categoria.

Eis os desafios e as tarefas essenciais desse nosso VII Congresso.

**- Por um sindicalismo combativo e classista na luta pela universidade pública e gratuita e pelas liberdades democráticas!**

**Diretoria do Sindiprol/Aduel**  
**Organizar, resistir, lutar**